

Poder político e classes sociais

NICOS POULANTZAS

Trad. Maria Leonor Loureiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2019, 368p.

Angela Lazagna*

O público brasileiro foi contemplado em 2019 por uma nova tradução, publicada pela Editora da Unicamp, de *Poder político e classes sociais (PPCS)*, de Nicos Poulantzas (1936-1979). Lançado originalmente em Paris, em 1968, *PPCS* surpreendeu de imediato o público marxista europeu em virtude da elevada envergadura do seu projeto teórico, do seu rigor conceitual e por apresentar uma reflexão sistematizada e inédita sobre o Estado no campo teórico do marxismo. Ao escrever *PPCS*, Poulantzas se mostra alinhado com a versão do materialismo histórico desenvolvida, entre as décadas de 1960 e 1970, pelo filósofo franco-argelino Louis Althusser (1918-1990). Sua análise da política tomou, como ponto de partida, o conceito ampliado de modo de produção, que foi apresentado por Althusser e seus discípulos nas obras *Por Marx e Ler O capital*. Poulantzas aportou, assim, uma enorme contribuição à empreitada althusseriana ao cumprir uma tarefa teórica específica: a construção de uma teoria regional do político no modo de produção capitalista (MPC). Suas teses rompem, nesse sentido, com o economicismo, hegemônico no marxismo do século XX, que reduz o Estado a um epifenômeno da economia e a um mero instrumento político da classe dominante.

* Pesquisadora de Pós-Doutorado (PDJ-CNPq) no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: alazagna@hotmail.com

Da leitura dessa obra é possível depreender que os dois grandes temas que fundamentalmente informam as suas teses são aqueles relativos à função do Estado capitalista, tema relacionado à reprodução do capitalismo, e à destruição desse Estado, tema ligado à transição socialista. No entanto, Poulantzas não dedica o mesmo tratamento teórico a ambos os temas, já que a questão da transição socialista aparece, em *PPCS*, em *estado prático*, mobilizada na análise, mas não sistematizada. De qualquer maneira, mesmo que a formulação do objeto desta obra – a teoria regional do político no MPC – não decorra de uma reflexão desenvolvida sobre a transição socialista, nela está implícito o modelo leninista de destruição do Estado capitalista.

O aspecto central, mas não único, em *PPCS*, consiste na caracterização da estrutura jurídico-política própria ao MPC. Poulantzas analisa o duplo efeito ideológico produzido pelo Estado capitalista oriundo, respectivamente, da ação do direito burguês e do burocratismo: o efeito de individualização ou de isolamento e o efeito de representação da unidade. No capitalismo, e diferentemente do direito feudal ou escravista, o direito burguês apresenta-se como formalmente igualitário, convertendo os agentes sociais membros de uma classe social em indivíduos “livres e iguais”. A extorsão de sobretrabalho do produtor direto pelo proprietário dos meios de produção assume, pois, a forma de compra e venda da força de trabalho através do pagamento de um salário, pelo proprietário dos meios de produção, ao produtor direto. As regras do direito burguês subordinam todas as instituições da sociedade, que se colocam acima das classes sociais. O isolamento dos agentes da produção pelo direito burguês tem a função de ocultar o seu pertencimento de classe. Já o burocratismo, em virtude da sua aparência universalista, reúne todos os agentes sociais, individualizadas pelo efeito de isolamento, num coletivo imaginário – a universalidade política do Estado-nação – neutralizando a possibilidade de os produtores diretos se organizarem enquanto classe ativa. Portanto, são esses quatro conceitos – direito burguês, burocratismo, efeito de isolamento e efeito de representação da unidade – que, articulados, compõem a estrutura jurídico-política e garantem que o Estado capitalista cumpra a sua função primordial: organizar a dominação de classe ao criar as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas.

Seria impossível esgotar em algumas linhas todas as dimensões do político no MPC analisadas por Nicos Poulantzas. Contudo, importa citar a sua teoria do bloco no poder, uma das mais importantes em *PPCS*. O bloco no poder consiste em uma unidade contraditória com dominância de uma das frações das classes dominantes. Dele estão excluídas as classes populares. O Estado capitalista, ao organizar a dominação de classe da burguesia, unifica politicamente os interesses das diversas frações da classe dominante. Mas isto não significa que os interesses de todas essas frações sejam atendidos igualitariamente, pois esta unidade se dá através de uma hierarquização desses interesses. Ao hierarquizá-los, o Estado garante a uma dessas frações o predomínio sobre as demais ou prioriza os inte-

resses de uma delas sobre os interesses das outras. A fração que predomina é denominada por Poulantzas de fração hegemônica. Os conflitos políticos ocorrem entre as classes e as frações da classe dominante, bem como entre estas e as frações da classe dominada. As dinâmicas conflitivas entre as diferentes frações de classes e a formação de possíveis alianças ou de frentes políticas entre elas é o que determina as diferentes formas do Estado capitalista – a democracia burguesa, sua forma típica, e a ditadura, sua forma excepcional – bem como os regimes políticos – regime monárquico, republicano, fascista, de ditadura militar ou bonapartista.

É inegável o impacto da publicação desta obra também no público marxista latino-americano. Em relação ao Brasil, não poderíamos deixar de citar algumas das importantes contribuições de dois cientistas políticos: Décio Azevedo Marques de Saes e Armando Boito Jr., cujos percursos investigativos inspiraram-se amplamente na problemática poulantziana. Uma das grandes contribuições teóricas de Décio Saes, professor de Ciência Política da Unicamp entre 1968 a 1998, foi incluir no debate sobre a transição ao capitalismo no Brasil o tema da formação do Estado burguês, algo que nenhum autor comprometido com este debate fizera até então. Sua interpretação inaugura um novo campo de pesquisa ao complexificar os estudos sobre a revolução burguesa no Brasil. Ao analisar rigorosamente o caráter escravista do Estado Imperial, Saes caracteriza a Abolição da Escravidão, em 1888, a Proclamação da República, em 1889 e a Promulgação da Constituição de 1891 como etapas interconectadas do processo de revolução burguesa no Brasil, cujo resultado foi a formação do Estado burguês e, por conseguinte, a liberação do desenvolvimento da economia capitalista no Brasil. Armando Boito Jr., também professor da Unicamp, dedicou-se, entre os anos de 1980 e 1990, à análise do sindicalismo brasileiro. Sua principal tese é de que a estrutura sindical brasileira conforma um sindicalismo de Estado, isto é, um aparato institucional constituído através da política e ideologia populista. Já no final dos anos 1990, e diante do avanço do neoliberalismo no Brasil e alhures, Boito Jr. concentra seus esforços analíticos nas classes e frações de classe burguesa no Brasil. Ao refletir recentemente sobre o neodesenvolvimentismo que caracterizou a política econômica brasileira entre 2004 e 2016, recorreu a conceitos poulantzianos para analisar a ascensão de uma burguesia interna no bloco do poder. Ambos os investigadores contribuíram de maneira inquestionável para o desenvolvimento do complexo arcabouço teórico-conceitual formulado por Nicos Poulantzas. Ademais, em virtude das suas atividades investigativas e docentes, possibilitaram a formação de um campo investigativo de inspiração poulantziana que, se anos atrás girava em torno do Centro de Estudos Marxistas (Unicamp), hoje encontra-se difundido em inúmeras universidades de todo o país.

A mais recente publicação de *Poder político e classes sociais* reforça, pois, a importância dessa obra para pensar o contexto político brasileiro e mundial e, certamente, terá um grande papel na animação dos interesses de novos pesquisadores pela obra de Nicos Poulantzas.